

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.014 - RO (2019/0303584-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : JOÃO GONÇALVES FILHO
RECORRENTE : MARIA DO CARMO DA SILVA GONÇALVES
ADVOGADOS : JEOVA RODRIGUES JUNIOR - RO001495
JOSÉ TEIXEIRA VILELA NETO - RO004990
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por JOÃO GONÇALVES FILHO e MARIA DO CARMO DA SILVA GONÇALVES contra acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, no julgamento do HC n. 0003207-57.2019.8.22.0000.

Os recorrentes foram denunciados pela suposta prática do crime previsto no art. 7º, inciso IX, parágrafo único, da Lei n. 8.137/90, na forma do art. 18, § 6º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor. De acordo com o Ministério Público, os acusados são proprietários do estabelecimento comercial denominado Irmãos Gonçalves Comércio e Indústria Ltda e, no dia 5/12/2016, teriam colocado à venda mercadoria com prazo de validade expirado e impróprio para o consumo humano.

Após o recebimento da denúncia, a defesa impetrou *habeas corpus* buscando, em síntese, o trancamento da ação penal. A ordem foi denegada pelo Tribunal de origem, dando ensejo ao presente recurso ordinário.

Nas razões recursais, a defesa insiste nas teses de inépcia da denúncia e de ausência de justa causa para o exercício da ação penal. Argumenta que a inicial acusatória não indica qualquer conduta criminosa praticada pelos recorrentes, atribuindo-lhe a responsabilidade penal apenas por serem sócios do estabelecimento comercial no qual a mercadoria vencida foi adquirida. Assevera que não existem indícios de autoria ou de materialidade capazes de sustentar o prosseguimento do feito, de modo que é imperioso o seu

trancamento.

Diante disso, postula, liminarmente, a suspensão da ação até a decisão final deste *writ*, por meio do qual pretende ver trancada a ação penal.

É o relatório. **Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto. Exige-se, para sua concessão, a presença simultânea da plausibilidade jurídica do pedido e a possibilidade de lesão irreparável ao direito tutelado, situações não verificadas, de plano, nestes autos.

Acerca do tema trazido nesta impetração, o trancamento da ação penal pela via do *habeas corpus* é medida excepcional, aplicada nas hipóteses de manifesta atipicidade da conduta ou constatação, *prima facie*, de causa de extinção da punibilidade, ou quando se verifica que não existem indícios mínimos de autoria e materialidade, situações não verificadas no caso destes autos.

Neste caso, a denúncia narra que foi adquirido por um consumidor, no estabelecimento comercial de propriedade dos ora recorrentes, mercadoria com prazo de validade expirado e, após a realização de exame pericial, ficou constatado que o produto era impróprio para o consumo (e-STJ fls. 191/193).

Diante disso, o Tribunal de origem julgou estarem presentes os requisitos exigidos pelo art. 41 do Código de Processo Penal, razão pela qual manteve a decisão que recebeu a denúncia.

Assim, as alegações defensivas dependem de análise mais aprofundada dos elementos colacionados aos autos, de modo que o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente, sendo certo que, ao menos em sede de cognição

Superior Tribunal de Justiça

sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Portanto, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator